

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 527.799 - ES (2019/0243968-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CLAUDINER REZENDE DA SILVA - MG087219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : R G C (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de R. G. C., apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO.

Consta dos autos que o juízo de primeiro grau reconheceu a prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 pelo paciente, e, em consequência, aplicou-lhe a medida socioeducativa de internação por prazo de até 3 anos (fl. 29).

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal de origem negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal, pois *o ato não foi praticado mediante violência ou grave ameaça a pessoa, não há provas de que reitera na prática de atos infracionais graves, além de não haver provas de descumprimento de medida socioeducativa anteriormente imposta, não se enquadrando, portanto, em nenhuma das hipóteses para aplicação de medida de internação* (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para a cassação do acórdão impugnado, determinando a aplicação de medida diversa de internação.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, a impetrante requer a concessão da ordem para a cassação do acórdão impugnado, determinando a aplicação de medida diversa de internação.

A medida socioeducativa de internação somente pode ser aplicada

quando caracterizada ao menos uma das hipóteses previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que tange à medida de internação, assim constou da sentença (fl. 25):

DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA A SER APLICADA:

Há de ser analisado quanto a medida socioeducativa mais adequada ao representado em razão da prática do ato infracional que ensejou o presente procedimento.

O adolescente possui outros procedimentos de apuração de ato infracional, um deles por suposta prática de tráfico de drogas em data próxima à apreensão em flagrante narrada nestes autos, bem como já foi advertido por este Juízo, em razão de suposta prática do ato infracional análogo ao crime de posse de drogas para o consumo pessoal no ano de 2016.

A isso se corrobora a demonstração de que o representado está habituado ao convívio com pessoas ligadas ao tráfico de drogas, seja pela prática da traficância em local de intensa atividade ilícita, seja pelo uso nocivo de drogas há longa data.

Devo registrar que a conduta do Representado foi grave, eis que praticava o tráfico de drogas de forma rotineira, em local de intensa traficância com indícios de que estava associado a outros indivíduos para tal prática.

Extraí-se dos autos a existência de importantes fatores de risco ao representado, notadamente, histórico de evasão escolar e drogadição de longa data, significativo envolvimento com grupo de pares contraproducentes e envolvimento com a ilicitude, deslumbre pelo ilícito, ausência de frequência a cursos profissionalizantes, meio social comprometido, rotina ociosa, perfil impulsivo e imediatista, baixa tolerância a frustrações, histórico de familiar comprometido com a ilicitude, permissividade familiar e frágil acompanhamento de rotina pelos responsáveis.

Por essas razões, entendo que para reeducação do representado faz-se necessário a aplicação de medida socioeducativa que lhe propicie melhor reflexão sobre seus objetivos de vida e lhe proporcione aprendizado de convivência pacífica em sociedade e da necessidade de pautar seu projeto de vida na escolarização e profissionalização.

Em que pese se tratar de medida gravosa, vislumbro a necessidade de aplicar a medida socioeducativa de internação, tanto mais porque o representado, mesmo com a oportunidade de buscar a ressocialização após apreensão anterior por suposta prática de ato infracional análogo ao crime de posse de drogas para consumo pessoal, preferiu optar pela senda da prática de atos infracionais de maior gravidade, demonstrando, assim, personalidade com tendência para o ilícito, o que, aliado à gravidade do ato infracional praticado justifica a medida extrema.

O Colendo STJ já analisou a matéria e decidiu pela legalidade da aplicação da medida de internação quando se trata de ato infracional equiparado ao crime de tráfico de entorpecentes após reiteração do adolescente em prática de atos infracionais graves, entendimento com o qual coaduno. Confira-se:

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Impende registrar que a aplicação da medida de internação não afronta o disposto na Súmula n.º 492/STJ, in verbis: "o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação de adolescente".

Isso porque, em concreto, leva-se em conta as peculiaridades dos fatos que demonstram que o representado não se compromete com os estudos, possui rotina ociosa, com histórico de drogadição e comprometimento com a ilicitude, e está inserido no tráfico de drogas há longa data, sem amparo adequado da família para seu afastamento do contexto ilícito.

Com efeito, **há de ser aplicada ao adolescente a medida socioeducativa de internação por ser a medida socioeducativa mais adequada à hipótese trazida nos autos, diante da reiteração delitiva grave evidenciada e ausência de amparo familiar adequado, de forma que ele possa ter a consciência de que o ato praticado é vedado pela Lei e repugnado pelo meio social em que vive.** Com efeito, a medida socioeducativa mais adequada ao caso concreto é, como dito alhures, a de internação nos moldes do Estatuto da Criança e do Adolescente. [...].

No caso, como visto, a medida socioeducativa de internação foi aplicada com supedâneo na reiteração infracional do adolescente.

Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de atos infracionais graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da prática infracional antecedente.

No caso, verifica-se da certidão de fls. 11/12 que o paciente já foi sentenciado pela prática do ato infracional análogo ao tráfico de drogas nos autos do processo n. 0001310-48.2019.8.08.0011.

Assim, resta configurada a hipótese de reiteração em infrações graves, diante da condenação anterior pelo ato infracional análogo ao tráfico de drogas, prevista no art. 122, II, do ECA, não havendo, portanto, ilegalidade na fixação da medida socioeducativa de internação.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator